

# humanitas

**Vol. XXXIX-XL**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

XXXIX-XL



C O I M B R A

MCMLXXXVII-MCMLXXXVIII

Luís de Matos escreve: «Não se ignora ... que os que partiam de Lisboa para a Índia levavam consigo maior ou menor número de livros.» (p. 46). Naturalmente, os que iam para o Brasil também os levavam.

A alta qualidade da Introdução e a perfeição técnica da reprodução das gravuras fazem deste livro uma obra de grande nível literário e artístico. Talvez se desejasse, todavia, que as 76 gravuras, reduzidas do original, tivessem conservado o tamanho natural e originário.

As notas que seguem visam apenas mostrar o cuidado com que li este livro do grande investigador que é Luís de Matos.

Não gosto do *Rópica Pnema* (p. 46), péssimo composto grego, tornado ainda mais absurdo, se for escrito em duas palavras. Até aí ainda chegava o pouco grego de João de Barros que grafou: *Rhopicapnema*.

Na p. 57, a transcrição da legenda da gravura III fala de «Núbios», mas no original lê-se «Nubis»; confirmado pelas fontes contemporâneas, citadas por Luís de Matos, as quais lhes chamam «Nobis». Ainda que se trate dos «Núbios», penso que é preferível a transcrição exacta da legenda.

Na p. 59, na cópia das palavras da gravura V vem «os coaes», quando no original se encontra «os quo aês», com uma possível nasalção. Pode tratar-se de uma confusão da final -aes (plural de -al) com -ães (plural de -ão, -ãe). Penso que a melhor transcrição será «os quoaes». Aliás, este caso de nasalção da sílaba final não é único nas legendas. Faço estas observações para me conformar com o rigor que o A. põe na análise das transcrições de G. Schurhammer que foi quem inicialmente (em 1956) se ocupou do Códice Casanatense.

Na p. 62, na legenda da gravura XII, as «mulheres xiraoas» creio que são «xirazas» ou mulheres de Xiraz. Veja-se a legenda da gravura XX (p. 68) onde se trata dos xirazes; e para um z semelhante, a legenda da gravura XV.

As «mulheres solteyras indias cristãs» da gravura LI, de que o A. se ocupa na p. 101, dando a opinião de que o fidalgo quer casar com uma delas, talvez não sejam donzelas casadoiras indiscretamente à procura de namorado, mas outra coisa...

Não serão antes da classe daquelas a que o A. se refere na p. 34, a propósito dos «meninos que havia na cidade, desamparados de pais, que eram filhos de mulheres solteiras»? Um significado corrente de «mulher solteira», no século XVI, é o de «prostituta», como se pode ver nos *Ditos Portugueses*, publicados por José Hermano Saraiva. De um deles ocupei-me no artigo «Santarém é uma sorva» (*Biblos* LIX, Coimbra, 1983, p. 370, reproduzido em *Para a História do Humanismo I*), onde a anedota se passa «em casa de huma molher solteira antiga com aqual acertaraõ de estar outras do mesmo jaes».

Eis um livro, este das *Imagens do Oriente no Século XVI*, que talvez não esteja ao alcance de todas as bolsas, mas, pelo elevado nível do comentário que o acompanha e pela qualidade da execução artística, se torna uma obra que enriquece qualquer biblioteca digna desse nome.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

THOMAS G. BERGIN and JENNIFER SPEAKE, *Encyclopaedia of the Renaissance*. Londres, Batsford, 1988, 454 p. a duas colunas e numerosas gravuras a preto e a cores.

Dirigida pelo Dr. Bergin, professor jubilado da Universidade de Yale, coadjuvado por mais trinta colaboradores, esta *Enciclopédia do Renascimento* é um livro notável, tanto pelo conteúdo como pela apresentação gráfica. E, embora dominada, no tocante à Península Ibérica, pela omnipotente e omnipresente «Hispanidade», a obra concede a Portugal e aos portugueses maior individualidade histórica e cultural do que é costume em livros deste género.

Há cerca de três dezenas de artigos referentes a personagens da História e da Cultura portuguesas durante a época do Renascimento, e Portugal e os portugueses são ainda mencionados em entradas de carácter geral como «cartography», «epic», «exploration», «navigation» e outras.

O português que recebe maior atenção é sem dúvida Camões, tratado num artigo individual, num outro dedicado ao seu poema (*Lusiad, The*), e ainda referido s.v. «sonnet». O artigo sobre *Os Lusíadas* está bem feito.

Naturalmente, há erros e omissões de que darei alguns exemplos.

Para o autor do artigo sobre Camões, «em 1553, D. João III perdoou-lhe ter-se envolvido numa arruaça em que um funcionário menor da corte morreu» (p. 79). Ora o documento de perdão diz exactamente o contrário: sobreviveu, sem cicatrizes.

Na biografia de Vasco da Gama (p. 177), é ignorada a viagem à Índia em 1524, ficando incompreensíveis os dois períodos finais.

Damião de Góis é autor das «crónicas de Manuel I e João III: *Crónica do felicíssimo rei Dom Emanuel* (quatro partes: 1566-67) e *Crónica do príncipe Dom João (1567)*». Todavia, ao contrário do que pensa o autor deste artigo, o príncipe D. João é o futuro rei D. João II.

A entrada sobre «neo-Latin Literature» (p. 287), onde não há qualquer referência a Portugal, apresenta de forma exemplar uma síntese da situação: «A quantidade e a qualidade da produção literária em latim, no Renascimento, tendem a ser subestimadas, porque poucos dominam suficientemente o latim para poderem apreciá-la, muito pouco dela foi traduzido, e as atenções têm-se voltado sobretudo para a literatura nas línguas vernáculas, que então surgia.»

Um bom livro, como se vê. Mas o que deixa impressão desfavorável são principalmente as omissões.

Assim, no artigo «botany», fala-se de Clusius, mas esquece-se o português Garcia de Orta que ele traduziu e resumiu.

O artigo «tragedy» menciona as tragédias latinas dos humanistas, mas ignora a *Ioannes Princeps* de Diogo de Teive; enumera as tragédias em vernáculo, mas omite *A Castro* de António Ferreira, talvez a melhor de todas. É verdade, entretanto, que a cita no artigo dedicado a Ferreira (p. 159).

São numerosas as cidades tratadas em artigos especiais, como as marítimas Veneza, Ragusa (= Dubrovnik), Sevilha, etc. Porque foi esquecida Lisboa?

Há um artigo sobre Damião de Góis, mas porque não é contemplado André de Resende?

De «baroque», o étimo apresentado é o espanhol *barrueco*. Porque não o português *barroco*?

Para terminar, só duas observações, estas sobre não-portugueses: George Buchanan não pode ter estado encarcerado em Portugal, «entre 1549 e 1551», porque foi preso em Coimbra, em Agosto de 1550. E Felice Peretti, o futuro papa Sisto V (p. 372), não nasceu em Ancona, mas em Grottammare, uma centena de quilómetros a sul de Ancona.

Na bibliografia final, Camões volta a ser mencionado, mas o Renascimento em Portugal continua a ser ignorado. Há, contudo, bibliografia especial para Itália, França, Inglaterra, Países Baixos, Norte da Europa e Espanha. Por aqui se vê que temos ainda um grande caminho a percorrer para tornar conhecida a Cultura Portuguesa no estrangeiro.

A. COSTA RAMALHO

CHRISTIAN HABICHT, *Pausanias' Guide to Ancient Greece*. Sather Classical Lectures, vol. 50. University of California Press, Berkeley, 1985. XVI + 208 pp. e 34 ilustrações.

Depois dos comentários monumentais de Frazer e de Bluemner, o interesse pelo Periegeta reavivou-se nos últimos anos, não só através de edições críticas, como de monografias que vieram avaliar de novo, numa perspectiva mais correcta, o contributo da discutida obra para o conhecimento da Grécia antiga. Estão neste caso, do lado linguístico, a dissertação de Ove Strid (*Ueber Sprache und Stil des Periegeten Pausanias*, Uppsala, 1976); do lado biográfico e histórico-cultural, o livro póstumo de Joyce Heer (*La Personnalité de Pausanias*, Paris, Les Belles Lettres, 1979).

O trabalho do conhecido historiador e arqueólogo Christian Habicht vem, mais recentemente ainda (1985), preencher em parte uma lacuna, qual é a de demonstrar com novos elementos só agora disponíveis a fidedignidade da descrição de Pausânias, bem ao contrário do que supuseram Wilamowitz e outros, em artigos que fizeram época e que, infelizmente, também fizeram escola. Uma das partes mais interessantes do livro é o capítulo segundo («Pausanias as a Guide»), que dá exemplos correctos e devidamente localizados; e o apêndice primeiro («Pausanias and his critics»), que procede à desmontagem, quase psicanalítica, do processo de desvalorização a que foi submetido por Wilamowitz.

De não menor interesse é a reapreciação da visão do mundo romano nesta obra (cap. V) e o traçado do perfil do autor, delineado no cap. VI. Habicht entende, e bem, a nosso ver, que Pausânias não é um representante da Segunda Sofística, como alguns pretenderam, nem um autor que tentou escrever história sob o disfarce de uma descrição, mas fundamentalmente um guia descritivo de um país que oapai-

xonava como seu. O A. tira partido das raras, mas reveladoras confissões, indirectas, em que se manifesta a personalidade do autor, como as de VII.23.3 e VII.19.1-5, 21.1-5 (pp. 161-162). De passagem, discute alguns pontos de crítica textual, por vezes com base em dados epigráficos entretanto surgidos (como em VI.10.5, p. 150; IX.13.1-3, p. 87). É com prazer que notamos a convergência de opinião quanto à emenda de Clavier em VIII.27.1 (p. 120 e n. 10), com a nossa própria edição.

Seria interessante desenvolver mais algumas questões afloradas de passagem. Assim, por exemplo, a da atribuição a Ictinos do Templo de Bassae, do Telesterion de Elêusis e do «Vorparthenon», deixando para Calícrates o Pártenon tal como o temos (p. 132, n. 67), seguindo a teoria de Wesenberg, que, aliás, já tem precedentes em Rhys Carpenter, *The Architects of the Parthenon*, Penguin Books, 1970.

O livro de Habicht saiu quase ao mesmo tempo em versão alemã (*Pausanias und seine Beschreibung Griechenlands*, Muenchen, Beck, 1985). Bem merece esta divulgação nas duas principais línguas da ciência um estudo tão bem informado e tão claramente delineado.

M. H. ROCHA PEREIRA

**Catalogus Codicum Manuscriptorum Medii Aevi Latinorum qui in Bibliotheca Jagellonica Cracoviae asservantur.** Volumen IV, Numeros continens inde a 564 usque ad 667. Composuerunt Maria KOWALCZYC, Anna KOZŁOWSKA, Mieczislaus MARKOWSKI, Sophia WŁODEK, Georgius ZATHEY, Marianus ZWIERCAN. Academiae Scientiarum Polonae, 1988. 536 pp.

Cracóvia, a cidade capital da Polónia desde o século XI até ao fim do século XVI, viu a sua Universidade fundada em 1364 pelo rei Casimiro, o Grande, último da dinastia dos Piast, quando na Europa central a única existente era a de Praga. Três manuscritos de estudantes, datados do sexto decénio do século XIV, testemunham a sua existência já então. Conservam-se actualmente na Biblioteca, de cuja organização, ao tempo, muito pouco se conhece. Após a restauração da Universidade pelo rei Ladislau II, inaugurador da dinastia dos Jagellon (cuja esposa, a rainha Eduíges, ofereceu as suas jóias para ampliação do *Collegium Maius*), várias bibliotecas começaram a ser criadas junto dos colégios e residências de estudantes. As colecções de cada uma tiveram início e foram-se acrescentando graças a doações de professores e alunos da Academia de Cracóvia.

No primeiro período da Universidade após a restauração (a partir de 1400) tiveram um papel importante os mestres e estudantes da Universidade de Praga.